*Artigo

A FALÊNCIA DA RES PUBLICA

O título deste artigo, dizem os que comparecem as solenidades de lançamento do meu livro, não poderia ser mais atual. De fato, dados os últimos acontecimentos, ninguém hoje ousaria afirmar, de boca cheia, que a república deu certo no Brasil, como foi dito recentemente por Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

O ex-deputado federal Cunha Bueno, presente ao evento e que presidiu o Movimento Parlamentarista Monárquico no período que antecedeu o plebiscito de 1993, atualizou um quadro de todos os presidentes do Patropi desde a desproclamação de república em 1889 até o governicho Dilma. Sim, despro-clamação, pois foi naquela data que se iniciou o descalabro que hoje atingiu proporções inimagináveis de desprezo pelo bem comum comandado por aqueles, os políticos, que deveriam ter por ele zelo patriótico. Exatamente o oposto do histórico de vida de Dom Pedro II, que reduziu, ao longo de seu reinado de quase meio século, a participação da dotação da Coroa no orçamento do Império de 5 para 0,5%, ou seja, a um décimo do que era. E ainda aplicava esses recursos encolhidos criteriosamente, em especial em bolsas de estudo e filantropia.

O quadro faz um raio X do prontuário republicano através de sete indicadores que abrangem 43 presidentes, desde o Marechal Deodoro até Dilma Rousseff, a saber: eleições diretas (apenas 22); estados de sítio/atos institucionais (19 em 43 presidências); dissolução do congresso/rebeliões militares (13);renúncias/deposições/impeachments/mortes (14); novas constituições (5); e governos autoritários (10). O termo prontuário, que também significa ficha policial onde são registrados crimes e contravenções, vem a calhar para descrever o que foi nossa desastrada (e malfadada) experiência republicana. Fica claro que as decisões tomadas, com frequência, deixam o povo brasileiro como mero espectador da cena política. Pior: o destinatário da pesada conta a ser paga pelos desmandos e pela roubalheira.

Certamente o mais grave em todo esse processo de crimes de lesa pátria é que ele foi num crescendo, explodindo hoje numa república sem res publica, ou seja, cujo desvelo pela coisa pública só encontra um caminho: o bolso dos interessados em tirar proveito individual dos recursos públicos. A pergunta de um milhão de dólares é: como chegamos a esse estado falimentar material e moral? Parece-me que dois são os fatores que estão na raiz desse processo pernicioso que trabalha contra o País, aniquilando seu potencial.

O primeiro deles foi o corte do cordão umbilical entre representantes e representados, desde 1930, ano em que o Brasil deixou de ter voto distrital. Os vereadores, os deputados estaduais e federais, ao longo de mais de oito décadas, se desabituaram de prestar contas mensais à sua base eleitoral de seus atos nos respectivos parlamentos. Mais sério ainda: os próprios eleitores deixaram de ter um instrumento de cobrança mensal de seus representantes. Não espanta, pois, a crise de representatividade.

O segundo é uma decorrência do primeiro: o estrangulamento do mecanismo de vigilância permanente a ser exercido pelo representado sobre seu representante. Este último se habitou a só se lembrar de seu eleitor a cada quatro anos na eleição seguinte. Nesse meio tempo, se sentiu livre para aprovar e se beneficiar de mordomias inadmissíveis que os tornaram os parlamentares mais caros do planeta nos três níveis de governo.

Este é um daqueles momentos em que a Nação tem que se repensar. É fundamental dotar o País de um regime parlamentar em que o chefe de Estado não tenha vínculos com partidos políticos ou com grupos econômicos. E seja um fiscal implacável do interesse público no dia a dia dos atos de governo. Em que a confiança entre governo e governados seja a pedra angular do edifício político-institucional. Hora de se levar a sério a proposta do parlamentarismo monárquico. A república acabou no Brasil por trair o que seria sua vocação maior.

Gastão Reis é monarquista, palestrante nas áreas de Empreendedorismo, Economia, História e Política, e autor do livro A Falência da Res Pública.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Thiago L. Machado
Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Alunos e professores visitam usinas Juba I e II

O Complexo Hidrelétrico Juba I e II, em Tangará da Serra, recebeu no último dia 09 um grupo de aproximadamente 15 alunos e professores do curso de Manutenção e Suporte em Informática da Escola Técnica Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secitec).A visitação integrou a agenda de experiências a campo do grupo, que esteve sob a liderança do professor e analista de sistemas José Valdeci Cardoso. Outras presenças foram dos professores Lucas Araújo – que é engenheiro de Automação e de Segurança no Trabalho – e Flávio Koehler, que preside o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba.Os estudantes assistiram a uma palestra proferida pelo engenheiro Fábio de Castro e Souza, gerente regional da Brennand Energia, empresa responsável pelos empreendimentos. A abordagem incluiu detalhes sobre as características técnicas e de engenharia das usinas, os programas ambientais desenvolvidos no complexo e a conjuntura atual do setor elétrico e da geração de energia no país.

IFMT

O prazo de inscrições para o processo seletivo dos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) encerra na próxima quarta-feira, 21. São ofertadas 285 vagas para os campi de Cuiabá, Bela Vista, também na capital, Cáceres, Barra do Garças e um centro de referência em Canarana.

Cursos

Os cursos são gratuitos e tem duração de 3 a 4 semestres, em períodos matutino e noturno, e são destinados a estudantes que já tenham concluído o ensino médio. As inscrições podem ser feitas pelo site do IFMT. O candidato deve preencher o formulário eletrônico, imprimir o boleto bancário e pagar a taxa de inscrição no valor de R$ 40.

Turismo

Porta de entrada do Pantanal de Mato Grosso, a estrada parque Transpantaneira (MT-060) tem recebido importantes obras que já estão facilitando o acesso dos turistas a um dos mais belos cenários naturais do mundo. A Sinfra construiu 31 pontes mistas (concreto e aço) em substituição as antigas de madeira.

Defensoras

As Defensoras Públicas Rosana Leite Antunes de Barros e Maila Aletéa Zanatta Cassiano Ourives participaram, nesta segunda-feira (12), da reunião de constituição do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Campo, das Águas e da Floresta na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh).

*Bastidores da Política

Nota PT

O diretório nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) divulgou nessa segunda-feira, dia 19 de junho, uma nota oficial lamentando a morte do presidente do Diretório Municipal de Tangará da Serra, Professor Valdir Alves de Andrade, que foi brutalmente assassinado na última sexta-feira, dia 16, em sua casa. A nota foi assinada pela presidente do diretório nacional, Gleisi Hoffmann.

Trajetória

"Filiado ao PT desde 2003, Valdir foi um companheiro exemplar, que dedicou sua vida à educação e ao enfrentamento das desigualdades sociais. Ele foi eleito presidente municipal no último PED", cita um trecho da nota oficial, destacando que o partido estende sua solidariedade e pesar aos familiares e amigos pela trágica perda.

Academia

Niltinho do Lanche voltou a cobrar do Governo do Município a instalação de uma Academia da 3ª Idade no Jardim Shangri-lá. O vereador lembrou que o pedido já havia sido feito em 2014 e 2016 – respectivamente. A sugestão do vereador é de que a academia seja instalada na Rua 04, entre as ruas 29 e 31, o que facilitaria o acesso de todos os moradores do bairro.

Justificativa

"Uma vez instalada a academia da terceira idade no Shangri-lá, irá atender toda a comunidade e também os bairros vizinhos", avalia o vereador Niltinho do Lanche, lembrando que objetivo é incentivar a prática de atividades físicas, promovendo inclusão social e melhorando a auto-estima e a saúde dos tangaraenses.

Ponte

Ao lado dos vereadores Zedeca (PMDB) e Ronaldo Quintão (PP), o vereador Niltinho do Lanche solicitou da Secretaria Municipal de Infraestrutura a reforma da ponte localizada na estrada que liga a Gleba Triângulo à Usina Juba, sentido Salto do Céu. Segundo os vereadores, a ponte está em péssimas condições.

Trafegabilidade

"Hoje a ponte não oferece segurança aos motoristas que por ali trafegam, pois a sua estrutura é de madeira e com a ação do tempo as vigas se deterioram, havendo risco de desabamento", alertam os parlamentares na indicação encaminhada ao prefeito Fábio Junqueira (PMDB), solicitando a restauração no mais breve prazo possível.

Silval

O ex-governador de Mato Grosso, Silval Barbosa (PMDB) afirmou, em sua confissão à Delegacia Fazendária (Defaz) do Estado, que escolheu o "staff" de seu governo com pessoas de sua confiança, visando ter ao lado secretários que arrecadassem propina para saldar seus compromissos políticos e dívidas de campanha.

Depoimento

No depoimento, Silval detalhou três esquemas investigados na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª fases da Operação Sodoma. Silval é réu em quatro ações penais derivadas da operação e estava preso desde setembro de 2015 por conta das investigações. Ele foi solto na última terça-feira, 13, após confessar os crimes e devolver R$ 46 milhões em bens aos cofres públicos.

Zona Azul depende de decisão do Tribunal de Justiça

Assunto em pauta nas últimas semanas em Tangará da Serra, a implantação da Zona Azul no município ainda levanta algumas indagações, que foram levadas à redação do DS, que foi atrás de informações um pouco mais claras. A partir de agora, toda e qualquer decisão somente poderá ser tomada após o julgamento do agravo impetrado pelo executivo municipal, ou seja, se haverá ou não o estacionamento rotativo na cidade ainda não é possível precisar. O que se sabe, é que buscando equiparar as coisas e ouvindo solicitações, o executivo no novo decreto, diminuiu as vagas ofertadas para o estacionamento, o que era um ponto pacífico entre simpatizantes e também pessoas contrárias.